

AGRICULTURA CAMPONESA, PRODUÇÃO AGRÍCOLA E REPRODUÇÃO MATERIAL: UM ESTUDO SOBRE OS CAMPONESES DE MONTE CAFÉ EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

Ayolse Andrade Pires dos Santos¹
Joelson Gonçalves de Carvalho²

Resumo

A região de Monte Café é uma das mais antigas roças na era colonial em São Tomé e Príncipe, país localizado no Golfo da Guiné no continente africano. Monte Café é hoje uma localidade que guarda vestígios da era colonial, sendo habitada por um grupo de moradores com elevada vulnerabilidade que tem a agricultura camponesa como seu meio de reprodução social e material. Com um solo fértil, a prática dos cultivos agrícolas tradicionais e a falta de recursos financeiros constitui o maior obstáculo para consolidação de uma agricultura organizada sistemicamente na região, para além da subsistência. Em termos gerais, no que se refere a realidade dos camponeses santomenses, como consequência do longo período colonial que se encerrou apenas em 1975, o país tem, ainda hoje, uma parte expressiva da população vivendo na pobreza, condições de uma reprodução social e material dignas. Especificamente, sobre a região de Monte Café, ela é uma área rural, com reduzida infraestrutura, possuindo aproximadamente 30 mil habitantes, que se valem da produção agrícola para subsistência. Metodologicamente, este trabalho se vale da análise de dados secundários e revisão bibliográfica associada a uma pesquisa de campo *in loco* (realizada nos meses de dezembro de 2017 e janeiro de 2018), na qual, por meio de observação participante e entrevistas e aplicação de questionários semiestruturados pôde-se alicerçar um diagnóstico sobre as estratégias de produção agrícola e reprodução material camponesa que buscamos visibilizar neste artigo.

Palavras-Chave: Agricultura Camponesa; São Tomé e Príncipe; Monte Café, Diagnóstico de Sistemas Agrários;

¹ Graduando em Ciências Sociais na UFSCar, Bolsista de Iniciação Científica pela FAPESP e pesquisador do Núcleo de Pesquisa e Extensão Rural (NuPER).

² Professor do Departamento de Ciências Sociais da UFSCar e pesquisador do Núcleo de Pesquisa e Extensão Rural (NuPER).

Introdução

A região de Monte Café em São Tomé e Príncipe tem apresentado um modo de vida precário geralmente encontrado nas demais zonas rurais que se tem no país, causa da incapacidade do estado em garantir condições para uma vida mais digna dos moradores da região. Dado esse fato suscitou o interesse em conhecer e entender de maneira mais científica a realidade da região, analisando o modo de vida do campesinato santomense e suas formas de produção agrícola e sua reprodução material.

É nesse sentido que surge esse artigo, tendo como objetivo principal o estudo das práticas e realidades dos camponeses santomenses na produção agrícola, que apresenta como a maior fonte de renda e de meio de subsistência da população local. Adianta-se que a realização e concretização desta pesquisa, valeu-se do método histórico-estrutural em análise dos dados secundários bem como, das análises através da realização de estudos de campo feito por meio de observação participante e entrevistas semiestruturadas com agentes representativos.

A pesquisa de campo em Monte Café realizou-se durante o mês de janeiro de 2018 com idas alternadas, chegando também a fixar por mais de quatro dias na região, o que permitiu o contato direto com os camponeses, permitindo também uma convivência amigável com os mesmos tendo a oportunidade de observar a vida cotidiana dos agricultores facilitando assim a coleta de dados obtidos no campo.

Para cumprir os objetivos propostos, este artigo está dividido em três partes além da introdução e das considerações finais. No tópico um, buscamos fazer uma apresentação com resgate histórico tanto do país e da região foco da pesquisa, de modo a entendermos a trajetória política e social que por sua vez reflete na atual conjuntura de Monte Café bem como do país de modos mais gerais. No tópico dois nosso intuito é fazer uma análise socioeconômica dos camponeses de Monte Café, buscando entender aquelas que são as fraquezas e as potencialidades dos camponeses e da região no que diz respeito às práticas agrícolas e modo de produção, formas de comercialização dos produtos e, por outro lado buscamos fazer uma análise do modo de vida do cotidiano dos camponeses ressaltando as precariedades das infraestruturas e das vulnerabilidades em que esses camponeses estão sujeitos. Por fim, nas considerações finais, o objetivo foi de buscar algumas inferências do estudo de caso, destacando elementos do que foi pesquisado.

1 – Contexto histórico

São Tomé e Príncipe (STP) é um país situado a oeste do continente africano, com um clima tropical, atravessado pela linha do equador. É um arquipélago composto por duas ilhas principais (Ilha de São Tomé e a Ilha do Príncipe) e, alguns pequenos ilhéus. Com o solo fértil favorável a práticas agrícola, com uma área total compreendida em 1001km², a maior fonte de renda da sua população, de 178.739 habitantes³, é oriunda da Pesca e agricultura. Embora o país tenha solo fértil para o bom desenvolvimento da agricultura, a maioria dos camponeses ainda vivem num estado de pobreza (SOUSA, 2009). Já Monte Café é região situada no distrito de Mé-Zóchi da ilha de São Tomé, foi uma das roças mais antigas do arquipélago, fundada em 1858, por Manuel da Costa Pedreira (PAPE, ANDRADE, NOGUEIRA, 2015).

³ Último censo realizado em 2012 pelo INE

Monte Café foi, no período colonial século XIX, um lugar de destaque na produção do café e do cacau. A implementação da cultura de café, em 1787, e do cacau em 1822 em STP dá-se após o término da cultura da cana de açúcar que antes era o único produto de exportação do país. O fracasso da cultura do açúcar é consequência da falência dos senhores de engenhos de São Tomé e Príncipe e, após terem descoberto que o Brasil apresentava grandes potências para o cultivo dessa produção, registou-se o deslocamento da produção do açúcar para o Brasil. Constata-se que o país ainda se limita, na atualidade, como um país agroexportador de cacau, monocultura predominante em STP (ORLANDI, 2001).

Em 1877 a exportação do café constituía 90% das exportações agrícolas totais e atingiu um máximo de 2.416 toneladas em 1881. Produções superiores a 2.000 toneladas mantiveram-se até ao ano de 1892, mas a partir desta data começou o período de declínio ao ponto de, em 1925 constituir apenas 2% das exportações totais (DO ESPIRITO SANTO, 2008). Vale realçar que, muito embora com declínio, a produção agrícola foi sempre um setor econômico de vital importância para a economia das ilhas de S. Tomé e Príncipe. Nos finais do século XIX e início do século XX, o cacau se torna o maior produto de exportação e uma das esperanças para o desenvolvimento econômico (DO ESPIRITO SANTO, 2008). Com a independência alcançada em 1975, e a consequente saída dos portugueses do país, a região de Monte Café passou a viver um período de retrocesso, com redução de investimentos, mesmo apresentando potencial agrícola favorável.

Atualmente, a região de Monte Café em conjunto com suas dependências⁴, são áreas rurais com baixa infraestrutura, possuindo aproximadamente 30 mil habitantes⁵, que se valem da produção agrícola para subsistência. Passaram os anos, mas, a estrutura colonial que foi deixada na região ainda é visível seus vestígios. No que tange ao nível infraestrutural podemos encontrar na região um jardim de infância que recebe crianças dos três anos aos cinco, uma escola primária que garante do primeiro ao quarto grau ou, como ainda é falado no país, “primeira à quarta classe”. Possui ainda um hospital que já funcionava desde a era colonial e que, atualmente, tem poucas qualidades de atendimento e tratamento. Existe também um museu conhecido como Museu de Café Edifício que nos séculos passados era o local no qual fazia-se o processo de preparação do café, casa de máquina onde se fazia a secagem do cacau. Podemos também encontrar outros edifícios que foram deixados do período colonial, edifícios responsáveis pela parte burocrática e administrativa, as casas dos trabalhadores e uma igreja apostólica construída anos recentes.

Por estarmos falando de uma região que por muito se manteve num sistema colonial é de esclarecer que Monte Café foi formada por um conjunto de outros territórios que são chamados de dependências, das quais se destacam: a roça de São Nicolau, Nova Moca, Saudade, Bem-posta, São José, Santa Catarina. Assim sendo, Monte Café se divide em Monte Café sede, ou seja, onde ficava as infraestruturas já citadas. As dependências eram simplesmente terras produtivas destinadas ao cultivo do café e o cacau. Desde já é preciso salientar que este trabalho se limita no diagnóstico dos agricultores de Monte Café Sede não abrangendo assim as dependências, muito embora todas as regiões que compreendem Monte Café apresentem realidades muito semelhantes.

Após a declaração da independência, em 1975, todas as roças que estavam sobre o jugo colonial passaram para administração do novo Estado nacional que acabava de surgir. Porém, pelas fragilidades econômicas bem como de recursos humanos que se faziam sentir na época, o Estado não conseguiu dar continuidade e manutenção das

⁴ Outros territórios que compunham a roça Monte Café

⁵ Dados estimados a partir da pesquisa de campo e das entrevistas realizadas *in loco*.

atividades econômicas que eram as bases da economia. Assim sendo, tanto a roça Monte Café como as demais no país ficaram abandonadas, deixando em vulnerabilidade os trabalhadores que ao mesmo tempo formavam a população local.

A população que habita o local foco da pesquisa, é descendente dos trabalhadores contratados na era colonial após abolição da escravidão, oriundos de Cabo Verde, Angola e Moçambique. Com a abolição da escravidão desencadeou-se carência da mão de obra, o que, por sua vez, fez com que os portugueses trouxessem trabalhadores de outras das suas colônias na condição de contratado, de modo a suprir a falta de trabalhadores. Esses contratados, homens e mulheres, foram, com passar do tempo, formando novas gerações e miscigenações.

2– Produção agropecuária e reprodução social: notas sobre os camponeses de Monte Café

Para entendermos melhor a situação socioeconômica dos agricultores de Monte Café, acreditamos que a primeira pergunta que temos que fazer é, de onde provém a renda dos agricultores residentes neste território? Será que é possível afirmar que os agricultores que lá moram possuem renda? Ao fazermos a análise socioeconômica dos camponeses entendemos que o fator social e o econômico são indissociáveis.

Como já adiantado, o local em estudo tem, até hoje, uma estrutura marcada de vestígios coloniais, essa estrutura fez com que o lugar se tornasse um ponto turístico por guardar monumentos e histórias do período colonial. O turismo é a principal atividade econômica que movimenta o lugar e o trabalho de guia turístico é praticado principalmente pelos jovens. Em segundo temos a Cooperativa de Exportação de café Biológico (CECAFEB) que fomenta o cultivo de café biológico na região.

A cooperativa distribui as mudas de café aos agricultores e estes, por sua vez, fazem o cultivo e, após a colheita, vendem à cooperativa. A CECAFEB trabalha atualmente com mais de cem agricultores, sendo alguns de Monte Café sede e também das dependências. Essa é a cooperativa de maior porte na ilha, trabalhando com sete comunidades: São Carlos, Bemposta, São Francisco, São José, Novo Destino, São Nicolau e Poço Alto.

Em conversa com alguns agricultores que fazem parte dessa cooperativa, foi possível perceber descontentamentos com a cooperativa. Em uma das conversas, um agricultor reclamou que a cooperativa não dava muita segurança em termos financeiros, isso porque o que arrecadavam com a colheita era muito pouco para se ter uma vida com melhores condições e, ademais, só se tinham duas colheitas por ano. Uma vez que a cooperativa compra dos agricultores o café ainda em cereja como eles chamam – que é quando o café ainda contém a sua casca vermelha, sem passar por nenhum outro estágio de produção –, isso permite que a cooperativa compre dos agricultores a um preço mais barato, enquanto que o produto final é vendido a um valor mais alto. Outro problema registrado é o fato de que a cooperativa não emprega esses agricultores de modo perene o que poderia fazê-los ter uma renda mensal. O café biológico acarreta uma série de cuidados constantes (limpeza do cafezal, pulverização das pragas, etc.) e os agricultores não recebem por esses trabalhos. Segundo o depoimento de um agricultor (agricultor 1):

(...) os agricultores aqui em Monte Café, quando não tem colheita ficamos parados sem dinheiro, dois ou três meses você tem dinheiro, mas três, quatro meses você não tem nada, mas tem que tá cuidando do cafezal, de uma forma ou de outra você tá trabalhar, só que sem ganha nada”

O não comprometimento da cooperativa com os agricultores, os deixa numa condição de busca constante por outros meios de subsistência. Assim, a venda do café é simplesmente um meio a mais de se ganhar renda extra.

Antes de apresentar o que consideramos ser o meio de subsistência mais importante dos agricultores de Monte Café, é importante entendermos que, em São Tomé e Príncipe, os residentes se utilizam de dois termos para designar pessoas que têm a terra como seu meio de ganhar a vida que são: agricultor e camponês. O agricultor é entendido na sociedade santomense como alguém não necessariamente vive da terra, mas, que usa a terra para cultivo de produtos como: café, cacau, cana-de-açúcar, banana, inhame, matabala (tubérculo). Já o camponês é a pessoa que usa a terra para o plantio de produtos hortícolas. Assim sendo, é frequente ouvir no país o termo “agricultor camponês ou camponês agricultor” que é a pessoa que pratica as duas atividades em simultâneo. Dada a falta de debates acadêmicos sobre esses temas no país, certos termos são entendidos e definidos no cotidiano da sociedade e, não a partir de uma análise acadêmica-científica. Entendida esta particularidade, em Monte Café os camponeses também são agricultores, e os agricultores também são camponeses, por essa razão ao longo deste artigo será frequente o uso da palavra camponês ou agricultor.

Durante a pesquisa de campo entrevistamos, nos valendo de um questionário, 21 camponeses, o que possibilitou um diagnóstico dos camponeses da região de Monte Café Sede. Embora não tendo conseguido conversar com todos os camponeses encontrados, o perfil dos que foram entrevistados vis-à-vis dos que não foram, guardam muitas semelhanças. Ser camponês é o meio com maior retorno segundo os entrevistados para garantir uma vida mais estável em termos econômicos na região.

Com um solo fértil e clima seco e húmido, a região tem oferecido condições favoráveis ao cultivo de horticulturas, garantindo assim a relativa sustentabilidade financeira de várias famílias. É da atividade camponesa a origem dos recursos financeiros para a alimentação, vestuário, saúde e educação, etc. Produtos como a couve, a cenoura o tomate, o repolho e o feijão verde, salsa, pimentão, são os que trazem aos camponeses maior retorno financeiro. Embora se tenha condições naturais favoráveis, os camponeses têm como maior dificuldade a falta de financiamento para garantir maiores produções.

Quadro 1 – Produção animal e vegetal das famílias

Família	Variedade da produção	Variedades
1	Couve, repolho, tomate, cenoura, mandioca, salsa, feijão verde, rabanete, café	9
2	Banana, tomate, mandioca, cenoura, feijão verde, Berinjela, maquequê (jiló), inhame	8
3	Café, repolho, salsa, feijão verde, cenoura, couve	7
4	Café, cenoura, couve, banana, matabala	5
5	Café, porco, galinha, cenoura, salsa, couve, repolho	7
6	Couve, maquequê	2
7	Cenoura, repolho, feijão verde, pimentão, mandioca, tomate, salsa, couve, matabala, batata inglesa	11
8	Café, galinha, banana, matabala, milho	5
9	Café, couve, salsa, matabala, banana, batata doce, cenoura, abóbora	8
10	Café, banana, matabala	3
11	Matabala, banana	2
12	Cabra, porco, cenoura	3
13	Café, salsa, couve, banana, matabala	5

14	Café, porco, cabra, ovelha, cenoura, repolho, couve, tomate, pimentão, matabala, banana, salsa, alface, pimenta	14
15	Café, porco, couve, maquequê, salsa, feijão verde	7
16	Café, cenoura, feijão, verde, repolho, tomate	6
17	Couve, cenoura, repolho, feijão verde, salsa, matabala, banana, tomate	8
18	Cenoura, salsa, repolho, tomate, feijão verde, couve	6
19	Café, feijão verde, tomate, couve, salsa, repolho	6
20	Café, galinha, couve, batata doce, cenoura, feijão verde, agrião, alface, tomate	10
21	Café, matabala, cenoura, batata doce, mandioca, salsa, feijão verde, tomate, repolho	9

Fonte: pesquisa de campo, realizada em janeiro de 2018

Todos os camponeses usam suas famílias como a mão de obra principal, mas existem momentos em que não tem como suprir essa necessidade a não ser por via de contratação temporária. Os custos com as sementes ou mudas para plantar, associados à contratação de pessoas quando há muito trabalho no campo, mais os custos com os produtos agrotóxicos (adubos, inseticidas e outros) acabam muitas vezes gerando, ao final, um custo maior de produção que em alguns casos o camponês não consegue obter o retorno com a venda do produto.

Quadro 2 – Principais produtos químicos usados pelos agricultores

fungicida	Usado para matar os fungos e tira humidades nas plantas	Macozebe, manebe, zinebe, cal, sulfato de cobre
Inseticida	Sistêmico que por sua vez o tempo do efeito é demorado. De contato – seu efeito é menos demorado matando somente se houver o contato direto do produto com os insetos	Dx, Clorpirifós, Dipel
Nematocida	Usado para combater insetos que ficam debaixo do solo	

Fonte: pesquisa de campo, realizada em janeiro de 2018

Atualmente o modelo de produção agrícola que se encontra em Monte Café é um modelo de subsistência e não um modelo de mercado. Com a produção excedente, os camponeses obtêm renda para o mínimo de uma reprodução social e material. Embora com muitas dificuldades de produção, dos vinte e um entrevistados, apenas um já pensou em abandonar o campo e ir para cidade vender sua força trabalho como forma de conseguir melhores condições de vida. A maioria, com mais de dez anos cultivando, percebe e diz ser difícil ser camponês, mas ao mesmo tempo não se veem vivendo fora do campo. Mesmo que o retorno financeiro do campo seja pouco, quando perguntamos aos camponeses se essa prática tem sido viável não obtivemos nenhuma resposta negativa. As respostas sempre eram parciais, como relata um camponês (camponês 2): “olha, embora com muito sacrifício, mas o campo dá retorno, mas o que nos falta é dinheiro para investir, não temos nenhum apoio, única coisa que precisamos é financiamento”.

A falta de financiamento tem impossibilitado uma produção mais pensada e organizada. Todavia, de acordo com os questionários aplicados poucos foram os que conseguiram informar com clareza valores quantificáveis para serem utilizados mesmo que de forma incipiente por meio da estatística descritiva. No trabalho de campo, encontramos dificuldades em capturar dados referentes a produção, o tamanho da área plantada, quantidade produzida, percentagens destinadas ao consumo da família e

percentagens vendidas, que são dados importantes que ajudam a ter um controle da produção.

Essas lacunas encontradas podem ser também uma das causas do fraco retorno financeiro, na medida em que isso aponta para existência da má ou inexistente gestão da organização da produção.

A produção de subsistência é definida de forma como cada camponês entende que é melhor para si, assim sendo cada um cultiva a quantidade de sementes que tem e de acordo com o espaço que possuiu, ao final da colheita, ou mesmo ao longo da colheita, uma parte supri as necessidades da família e outra destina-se a venda sem um controle logístico. O dinheiro que se ganha com a venda também é gasto sem qualquer controle. Um exemplo que ilustra isso é quando hipoteticamente um camponês consiga vender dez quilos de cenoura, automaticamente ele usa o dinheiro para comprar coisas em falta em casa ou compra roupas ou qualquer outra coisa e assim segue a rotina.

Alguns camponeses têm fonte de água que usam para irrigar as culturas quando necessitam, mas na época de *gravana*⁶ aumenta a necessidade de regas constantes e, uma vez que não têm meios mecanizados de irrigação esse trabalho teria que ser manualmente e demanda muito trabalho, isso porque, na maioria dos casos, a fonte de água não está próxima ao campo. Para suprir as necessidades caseiras na *gravana* os camponeses têm, como estratégia, o cultivo de banana-pão, banana-prata, a matabala, batata doce e mandioca que são cultivos que mais se adequam ao período seco. Esses cultivos, além de ser a base de subsistência, independentemente da gravana ou de chuva, é mais um agregado a produção hortícola.

Nem sempre o dinheiro do campo é suficiente para suprir todas as despesas familiares, tendo em conta que o país tem um custo de vida alto. Assim, os camponeses se vêm na condição de buscar alternativas como trabalhos extras (bicos) para responderem às suas necessidades. De modo geral, o estudo de campo possibilitou constatar que, dado o elevado custo de vida, os camponeses acabam gastando muito para sua reprodução material o que torna difícil uma maior ascensão econômica.

Um estilo de vida totalmente simples, famílias com mais de dois filhos na sua maioria, casas pequenas quase sem nenhuma infraestrutura são aspectos que permitem um olhar socioeconômico da comunidade. Nesse sentido o que esperar de um país que viveu séculos de exploração colonial e que, após o seu término, o Estado não conseguiu garantir um nível de vida digno a sua população por meio de políticas públicas que permitissem o desenvolvimento? No caso concreto de Monte Café, a situação social que a comunidade atravessa ainda nos dias atuais é preocupante e a falta de políticas de saneamento básico e novas infraestruturas são problemas emergenciais.

O último censo realizado no país, em 2012, feito pelo Instituto Nacional de Estatística (INE)⁷, aponta que a comunidade Monte Café (sede) possuía uma população de 684 habitantes, assim distribuídos:

Tabela 1 – Dados populacionais de Monte Café (sede)

0 a 14		15 a 64		65 ou mais	
Homem	Mulher	Homem	Mulher	Home	Mulher
146	144	190	176	15	13

Fonte: pesquisa de campo, realizada em janeiro de 2018

⁶ *Gravana* é o período em que predomina a escassez de chuva (época seca) e não tendo rios nem outra forma de armazenamento de água perto do campo para regar as plantações, os camponeses de Monte Café, na sua grande maioria, não cultivam produtos hortícolas durante esse período que vai de meado de mês do maio a meados do mês de outubro.

⁷ Após 2012 não houve atualizações das informações no site que apresentasse dados mais recentes. Para maiores detalhes ver: <http://www.ine.st/>.

No entanto, com passar dos tempos essa população cresceu para um número cujo a falta de dados confiáveis nos impossibilita aferir com maior precisão o atual quadro populacional. Com uma população em idade ativa de trabalho começando nas atividades laborais muito cedo, há fortes índices do abandono escolar, bem como baixo grau de escolaridade dos pais. Dos questionários aplicados, o nível escolar dos pais variou do fundamental 1 ao fundamental 2⁸. A grosso modo, podemos dizer que o baixo poder econômico bem como o fato das famílias possuírem baixa escolarização são fatores que têm levado ao fraco rendimento escolar dos filhos. Em campo, constatou-se que muitos pais não conseguem estimular nos filhos um interesse maior pelos estudos e pela escola.

Tabela 2 – Caracterização etária e grau de escolarização das famílias

Família	Nº. de pessoas na família	Idade			Grau de escolaridade			
		0 a 11	12 a 29	30 ou mais	Fundamental 1	Fundamental 2	Médio incompleto	Médio completo
1	8	5	1	2	2	3	1	0
2	5	1	2	2	1	3	0	0
3	2	0	1	1	0	1	1	0
4	3	1	1	1	0	2	0	0
5	7	2	4	1	4	1	0	1
6	5	0	4	1	3	1	1	0
7	6	4	1	1	3	2	0	0
8	2	0	1	1	1	1	0	0
9	6	2	2	2	2	3	0	0
10	5	0	4	1	1	3	1	0
11	4	2	1	1	3	0	0	0
12	4	2	0	2	2	0	0	0
13	6	1	3	2	3	3	0	0
14	2	0	1	1	1	0	1	0
15	3	1	1	1	2	1	0	0
16	4	0	3	1	1	3	0	0
17	4	2	2	0	1	1	0	0
18	5	3	0	2	1	2	0	0
19	6	1	3	2	3	3	0	0
20	5	1	2	2	2	2	0	0
21	6	4	0	2	5	0	0	0

Fonte: pesquisa de campo, realizada em janeiro de 2018

A vida cotidiana na comunidade é bastante rotineira. Os moradores acordam por volta das seis, outros antes; as mães preparam os seus filhos para irem às escolas, outras vão ao centro urbanos vender o que os maridos colheram do campo, outros vão ao serviço que geralmente é no centro urbano. No que tange propriamente aos camponeses, a rotina diária é sempre a mesma, após o pequeno almoço eles dirigem-se aos campos e só regressam às casas por volta das 14 h às 15 h. Chegando ao campo a primeira tarefa é olhar por toda produção, verificando se há alguma irregularidade nas plantas e no campo como um todo. Em seguida passam a atividades específicas, a exemplo da: retira capim das plantas (bomdá)⁹, construção de canteiros, pulverização e adubação de plantas, etc.

Cada camponês programa as suas atividades consoantes com o fluxo da sua produção. A título de exemplo, descrevemos a rotina de uma camponesa que acompanhamos no lote: quando chegamos a primeira coisa que ela fez foi verificar se

⁸ Fundamental I (1ª à 5ª classe), Fundamental II (6ª à 9ª classe)

⁹ Expressão usada pelos camponeses

estava tudo em ordem no campo, em segundo bondou-se o cultivo de salsa e, em seguida, colheu feijão verde. Naquele dia, ela chegou no campo por volta 8:40 h e só regressou por volta das 14 h à casa.

Foto 1 – Cultivo da salsa



Fonte: acervo pessoal do pesquisador

As suas companheiras, após fazerem os trabalhos domésticos rumam, na sua maioria, ao campo onde dão apoio braçal aos maridos. As crianças também ajudam depois que regressam da escola ou, na maioria das vezes, aos finais de semana. Depois de voltar do campo os homens se juntam para tomar cervejas ou, mais corriqueiro, o vinho de palma¹⁰, enquanto as mulheres se encarregam de cuidar da janta.

Após as escolas, as crianças juntas umas com outras, fazem as brincadeiras em espaços abertos, os rapazes vão jogar bola na quadra esportiva construída recentemente na comunidade ou alguma outra brincadeira costumeira. Por volta das 19 h todos se recolhem para suas casas e a comunidade adormece, acordando no dia seguinte para mesma rotina.

Do ponto de vista da infraestrutura e do saneamento básico, é importante destacar que, ao término da dominação portuguesa, o Estado enquanto entidade responsável por promover um novo estilo de vida, não conseguiu dinamizar e criar um novo padrão de vida principalmente nas antigas roças, fazendo com que as infraestruturas do tempo colonial se mantivessem até os nossos dias. Não se pensou no crescimento populacional e suas consequências em termos de demandas sociais. As antigas senzalas, as casas dos feitores e seus escritórios, são os edifícios que hoje os moradores abitam, salvo alguns que já conseguiram construir suas próprias casas. Esses edifícios por sua vez se encontram em condições precárias, sem condições normais de um habitar digno.

¹⁰ Vinho extraído das palmeiras

Foto 2 – Casa dos moradores



Fonte: acervo pessoal do pesquisador

São essas mesmas casas que os camponeses, com algum dinheiro que ganham vão reabilitando à sua maneira, mas são espaços pequenos com dois a três módulos impróprios para famílias com muitos filhos. Muitas dessas casas não possuem banheiros e as que possuem apresentam más condições de uso. O que se tem na comunidade é o chamado banheiro comunitário que também está numa situação precária. Outros usam o banheiro público de uso comum, mas, na maioria dos casos, muitos se valem de becos ao ar livre para suas necessidades fisiológicas. O formato que estão estruturadas essas moradias, conforme ilustra a Imagem 3, indica concentração humana com baixa qualidade, uma vez que cada porta significa uma casa com um núcleo familiar.

Foto 3 – Casa dos moradores



Fonte: acervo pessoal do pesquisador

Desse modo, enquanto existe uma aglomeração humana originada pelo formato delineado das casas, não existe aglomeração dos campos. Os lotes se encontram a uma distância de dois ou mais quilômetros das casas dos camponeses. Além de dados obtidos, bem como da observação *in loco*, constata-se um baixo grau de aquisição de bens de consumo, como eletrodomésticos, moveis e veículos. Em termos de eletrodomésticos, televisão, rádio e DVD são aparelhos mais comuns entrados. No que tange a veículos nenhum tinha carro e apenas dois tinham motocicleta.

Quadro 3 – Caracterização Patrimonial-residencial familiar

Família	Descrição dos eletrodoméstico e veículos
1	Televisor, forno elétrico, motocicleta, computador, impressora, rádio, motocicleta
2	Não respondeu
3	Televisor, fogão a petróleo, arca, forno elétrico
4	Televisor, rádio
5	Televisor, DVD
6	Televisor, geladeira
7	Radio, televisor
8	Não possui
9	Televisor, arca, rádio, ferro elétrico
10	Televisor, geladeira
11	Não possui
12	Televisor, rádio, DVD, computador
13	Televisor, DVD
14	Não possui
15	Televisor, DVD, ferro elétrico, forno elétrico
16	Televisor, rádio, DVD, ferro elétrico, forno elétrico
17	Televisor, DVD, motocicleta
18	Geladeira, rádio, televiso, motocicleta
19	Televisor, geladeira, ferro elétrico, forno elétrico
20	Televisor
21	Televisor

Fonte: pesquisa de campo, realizada em janeiro de 2018

A falta de esgoto na comunidade tem gerado o acúmulo de águas paradas, dando margem para aparecimento de doença. Essa é uma questão preocupante que põe em risco a saúde dos moradores, principalmente das crianças que por vezes brincam nestes lugares. É fato que durante a observação direta na comunidade, não se constatou muitos casos concretos que gerassem preocupação à saúde. Um dos entrevistados apresentava um quadro que precisaria ser operado para remoção do cisto que já se encontrara num estado avançado, mas o mesmo não possuiu condições financeiras para um tratamento particular e, o único hospital que existe na comunidade não dispõe de estruturas adequadas para casos mais graves. Já em duas outras famílias, seus filhos apresentavam problemas visuais e careciam de óculos de lentes e, numa destas duas famílias o próprio chefe da família também tinha problemas visuais e reclamava que não tinha condições para adquirir os óculos e nem os medicamentos, dado o alto custo deles. A outra família, que por sua vez era uma família monoparental, a mãe também se mostrou preocupada com os gastos que tinha quando chegava o momento de troca a lente do óculo da filha.

A situação do lixo na comunidade é algo preocupante. A falta de garantia de recolhimento dos lixos pelo setor público tem gerado acúmulo de lixo seja orgânico ou sólido. Talvez uma solução a esse problema seria a utilização do lixo orgânico para realização de compostagem, mas verificou-se que não há fortes incentivos nessa questão.

Quadro 4 – Destinação do lixo das famílias

Família	Destinação dos lixos	
	Sólidos	Orgânicos
1	Deita no mato	Contentor de câmara
2	Contentor de câmara	Contentor de câmara
3	Deita no mato	Deita no mato
4	Contentor de câmara	Contentor de câmara
5	Contentor de câmara	Contentor de câmara
6	Contentor de câmara	Contentor de câmara
7	Queima	Compostagem
8	Deita no mato	Deita no mato
9	Deita no mato	Deita no mato
10	Contentor de câmara	Contentor de câmara
11	Contentor de câmara	Contentor de câmara
12	Contentor de câmara	Contentor de câmara
13	Contentor de câmara	Compostagem
14	Deita no mato	Deita no mato
15	Contentor de câmara	Contentor de câmara
16	Contentor de câmara	Contentor de câmara
17	Deita no mato	Deita no mato
18	Contentor de câmara	Contentor de câmara
19	Deita no mato	Deita no mato
20	Contentor de câmara	Contentor de câmara
21	Contentor de câmara	Compostagem

Fonte: pesquisa de campo, realizada em janeiro de 2018

Lixo ao ar livre, carência de medidas sanitárias são aspetos relevantes que também aumentam o grau de vulnerabilidade da população. Existe, na comunidade um contentor de câmara onde os lixos são destinados, mas o serviço de recolha por ser demorado acaba gerando acúmulo de lixo. Há momentos em que, por demorar muito para ser retirado, o lixo começa a se decompor soltando mau cheiro.

Foto 4 – Contentor do lixo



Fonte: acervo pessoal do pesquisador

Não obstante, bem em frete ao contentor existem casas com famílias que ali moram e são as que mais sofrem com cheiro do lixo. Devido à falta de ação da população em ter maiores cuidados com o tratamento do lixo, muitos também acabam por jogar seus lixos ao ar livre sem prever as consequências desse ato.

Foto 5 – Lixo ao ar livre



Fonte: acervo pessoal do pesquisador

Foto 7 – Lavanderia pública compartilhada pelos moradores



Fonte: acervo pessoal do pesquisador

Como podemos observar, os camponeses de Monte Café têm um estilo de vida pautada pela pobreza e, essa pobreza é consequência direta da estrutura social e econômica que se tem no país. Isso é um fato que os camponeses têm a consciência, de que o país em si, tem dificuldades de criar melhores condições socioeconômicas. Contudo, apoio institucional, recursos financeiros são o que os camponeses almejam no que concerne ao apoio estatal.

Quadro 5 – Lista de melhorias desejadas pelas famílias

Família	Melhorias desejadas
1	Reabilita a casa, amplia o campo, criar animais, abrir um bar, comprar carro
2	Construir uma casa no campo, adquirir um transporte, fazer criação de animais
3	Construir casa de banho, cozinhar e construir cercado
4	Construir casa própria
5	Construir nova casa, aumentar criação de animais, ampliar a plantação
6	Conseguir um emprego, abrir próprio negócio
7	Construir casa própria, criação de animais, aumentar a produção, tirar carta de condução
8	Reabilita a casa, abrir uma loja
9	Construir casa própria, conseguir financiamento para o campo
10	Ampliar a casa, garantir melhor segurança do lote
11	Dar melhor educação aos filhos
12	Construir casa própria, melhorar a produção, criação de animal, abrir pastelaria
13	Aumentar criação de animal, aumentar a produção
14	Reabilitar a casa
15	Aumentar criação de animal, aumentar a produção
16	Construir casa própria
17	Construir casa própria, comprar carro, viajar
18	Ampliar o campo, ampliar a casa, comprar carro
19	Construir casa própria,
20	Construir casa própria, comprar geladeira
21	Construir casa própria, adquirir transporte, criar conta bancaria

Fonte: pesquisa de campo, realizada em janeiro de 2018

No que se refere ao acesso à terra, enquanto alguns nasceram e cresceram em Monte Café, outros vieram de outras zonas, isso tantos homens como mulheres. Em alguns casos a mulher ou o marido já morava na região e, quando se juntaram o parceiro ou a parceira se mudou para Monte Café. Como já fora dito, Monte Café foi uma roça que esteve sobre domínio colonial até 1975, usada para cultivo do cacau e do café. Após a tomada de independência, todas as roças passaram à administração do novo Estado que nasceu junto com a independência.

Nacionalizou-se as roças, o Estado assumiu sua administração, mas por falta de quadros formados, o Estado não conseguiu dar continuidade nos serviços das roças, ou seja, na dinâmica de produção já implantada. Assim, dado o fracasso do Estado na manutenção das roças – e Monte Café é um exemplo –, as mesmas foram sendo abandonadas ao longo do tempo, levando a degradação das infraestruturas e ao esquecimento das pessoas que habitavam ali. Com o abandono do Estado, as roças ficaram a sua sorte e os moradores, com o tempo, foram ocupando os terrenos transformando-os em “suas propriedades”.

Em Monte Café o acesso à terra é por meio de ocupação, dado o abandono da terra por parte do Estado. Uma vez que as terras não estão sendo usadas pelo Estado e nem há nenhuma forma de controle da mesma por parte dele, os moradores desbravam o tamanho

da área que necessitam e começam a sua plantação. Dado isso, os camponeses não possuem qualquer tipo de documento reconhecido que lhes garante o uso da terra, exceto uns alguns que possuem título de uso concedido pela Cooperativa de exportação de café.

Foto 8 – Área desbravada



Fonte: acervo pessoal do pesquisador.

A foto 8 ilustra uma área de um camponês (camponês 2) que antes de se mudar para Monte Café, vivia em outro meio rural (Ubúa Cabra). O mesmo começou a frequentar a região por ter sido contratado por alguém para prestar serviços temporários. Após o fim do contrato não houve recontração e, por isso, se viu obrigado a encontrar outro meio de se manter. Dada essa situação, o mesmo ocupou uma pequena parcela da terra que não estava sendo usada e começou sua própria produção. Na foto temos uma área com cultivo de tomate, mas o mesmo também tem no campo outros cultivos como milho, feijão verde, entre outros. A forma como se deu a ocupação de terra desse camponês é a forma mais comum de ocupação que se tem em Monte Café e, em todas áreas que se encontram abandonada pelo estado. Mesmo sem qualquer título do uso da terra que é a situação da maioria, os camponeses vão cultivando suas pequenas parcelas com esperança de que possam ter suas terras legalizadas e reconhecida pelo Estado.

A partir das entrevistas, ficamos sabendo que recentemente criou-se na região uma pequena associação (associação dos agricultores) que ainda não foi reconhecida pelo Estado e, por meio dessa associação, esses agricultores tentam buscar apoio junto ao Ministério de Agricultura, mas até o momento só tiveram promessas e nenhuma concretização. Enquanto não obtêm nenhum apoio, cada um vai se virando à sua maneira com objetivo principal de garantir sustentabilidade da família.

Por fim e não menos importante, a forma de comercialização dos produtos dos camponeses de Monte Café é também algo que expressa o grau de vulnerabilidade dos residentes na região. Como já adiantado, os camponeses em virtude do baixo grau de escolarização, se valem apenas de duas formas de comercializarem os seus produtos, que são: venda direta para os consumidores e venda para intermediários.

Quando da venda direta aos consumidores, as camponesas assumem a tarefa de levar o que é produzido no campo ao maior ponto de venda, que no caso fica na capital do país. Esse ponto de venda é uma feira na qual se concentra a maior parte dos vendedores ambulantes da ilha. Lá o preço dos produtos é dado pelo mercado, mas pelo grande número de feirantes, com mesmos produtos, na maioria das vezes é sempre uma incógnita saber a quantidade vendida e o preço dos produtos.

Já no que tange ao segundo caso em que há presença de intermediários, os produtos são vendidos aos que se dirigem ao rural e que, dado o poder maior de barganha, compram a preços mais baratos para revender na capital a preços mais caros. A situação de risco está presente nos dois casos da maneira em que o camponês fica dependente das duas únicas opções que tem. No caso da venda direta eles nunca sabem se conseguirão vender os produtos e, no segundo os camponeses vendem a preços tão baixos que muitas vezes não repõem todo o custo com a produção.

A falta de políticas públicas direcionadas a esses camponeses não se expressa apenas na falta de financiamento e de matérias técnicas, mas também na falta de políticas públicas de garantia mínima de infraestruturas capazes de criar canais de escoamento de produção. Por outro lado, uma vez que os camponeses têm o campo como a sua maior fonte de renda e, ao mesmo tempo o meio de subsistência, faz-se necessário que o Estado repense suas políticas sociais de modo a garantir que Monte Café tenha condições mínimas para que estes camponeses e suas famílias possam ter um território digno para sua produção agrícola e reprodução social.

Considerações Finais

São Tomé e Príncipe é um país que dispõe de poucos recursos financeiros, com orçamento geral do Estado sustentado principalmente pelas ajudas internacionais. Ao longo dos últimos anos, após independência, não se tem conseguido dar respostas às necessidades básicas de toda população. Porém, verifica-se que a distribuição dos recursos do Estado tem se concentrado na sua maioria na região na qual se encontra a capital do país. As comunidades antigas como Monte Café e outras situadas em zonas rurais têm sofrido com a falta de atenção do Estado e, dessa forma estão sujeitas a pobreza, baixa taxa de alfabetização, infraestruturas precárias, atraso no que concerne a meios de comunicação e informação.

Monte Café não apresenta uma realidade diferente dos outros meios rurais. A comunidade vem sofrendo com a ausência de políticas públicas que possibilitasse melhores condições de vida. A falta de uma produção mais planejada e com menores incertezas é algo que só seria possível com implementação de políticas públicas e de apoio técnico e científico que possibilitassem aos camponeses agregarem novos conhecimentos de maneira a produzirem melhor e proporcionar uma produção mais sistematizada.

A ausência de um mercado que possibilitaria, com maior frequência, a venda direta para o consumidor final tem levado a perdas acumuladas por esses camponeses. Todavia, a pesquisa de campo propiciou concluir que, mesmo com todas as dificuldades, frente a realidade objetiva dos residentes de Monte Café, a prática camponesa tem se mostrado viável e é potencialmente promissora, todavia, carecem de apoio institucional.

Por fim, em Monte Café, a produção hortícola é majoritariamente produzida a base de agrotóxico, o que por sua vez demonstra que nessa região, e no país como todo, não há fortes debates sobre a produção orgânica. O distanciamento existente entre a universidade e o meio rural é também algo a ser pensado como mecanismo de busca das políticas públicas a essas comunidades, bem como levar debates no intuito de viabilizar formas para implementação de um modelo orgânico da produção.

Referências

BARBOSA, J. G. **Políticas públicas e estratégia de desenvolvimento para S. Tomé e Príncipe**. Diss. Instituto Superior de Economia e Gestão. Dissertação para obtenção do Grau de Mestre, 2001.

CARVALHO, J. G.; CARVALHO, F. S.; MENEZES, L.; FARAH, A. M.; DA SILVA, A. C. S. (2014). **Limites, Contradições e Possibilidades da Extensão Rural: Em um PSD: O caso do assentamento Santa Helena**.

DO ESPIRITO SANTO, S. N. **Programas de ajustamento estrutural, produção agrícola e segurança alimentar na África Sub-sahariana: caso específico de S. Tomé e Príncipe**. Tese do Doutorado. Lisboa, 2008.

FAO/UNA. Compendio de síntesis teórico-metodológicas de aplicación sistémica a realidades agrarias. In: **Seminário Regional Diagnóstico de Sistemas Agrários**. San José: Autor, 1995.

GONÇALVES, J. C. **Desenvolvimento sustentável e questão agrária: retóricas e realidades em movimento**. Tese de Doutorado, Universidade Federal DE São Carlos, 2015.

GONÇALVES, J. C. **Desenvolvimento sustentável e questão agrária: retóricas e realidades em movimento**. Tese de Doutorado, Universidade Federal DE São Carlos, 2015.

GROPPO, P. **Diagnostico de sistemas agrarios: una metodología operativa**. Santiago do Chile: FAO-GIA-INPROA, 1991.

NASCIMENTO, A. **Escravidão, trabalho forçado e contrato em S. Tomé e Príncipe nos séculos XIX-XX: sujeição e ética laboral**, 2004.

ORLANDI, F. D. B. **Cadeia de valores do cacau em São Tomé e Príncipe**. Dissertação para obtenção do Grau de Mestre, 2011.

PAPE, D.; ANDRADE, R. R.; NOGUEIRA, F. **As roças de São Tomé e Príncipe**. Editora CEA/UAL, 2015.

SILVA, L.L.F.C. **Segurança Alimentar na África Sub-Sahariana: Caso Específico de S. Tomé e Príncipe**. Dissertação de Mestrado, 2008.

SOUSA, E. D. G. C. **As roças face aos desafios de modernização e desenvolvimento de S. Tomé e Príncipe, as potencialidades da roça “Água e Izé”**: Estudo de caso. Dissertação de mestrado, 2009.